



RELATÓRIO DE GESTÃO

**2025
/2026**

www.andifes.org.br

 /andifesoficial

Diretoria Executiva



Presidente: Reitor
José Geraldo
Ticianeli (UFRR)



Vice-presidente:
Reitor João
Alfredo Braida
(UFFS)



Vice-presidente:
Reitora Ana
Beatriz de Oliveira
(UFSCar)



Vice-presidente:
Reitora Camila
Ítavo (UFMS)



Vice-presidente:
Reitora Georgina
Gonçalves dos Santos
(UFRB)

Diretório Nacional

Coordenador da Região Sul: Reitora Suzane da Rocha Vieira Gonçalves (FURG)

Vice-coordenador: Reitora Ursula Silva (UFPEL)

Coordenador da Região Sudeste: Reitora Marinalva Vieira Barbosa (UFTM)

Vice-coordenadora: Reitor Roberto de Souza Rodrigues (UFRRJ)

Coordenador da Região Centro-Oeste: Reitor Christiano Peres Coelho (UFJ)

Vice-coordenadora: Reitora Analy Castilho Polizel (UFR)

Coordenador da Região Nordeste: Reitor Telio Nobre Leite (UNIVASF)

Vice-coordenador: Reitor João Paulo Sales Macedo (UFDPAr)

Coordenadora da Região Norte: Reitor Francisco Ribeiro da Costa (UNIFESSPA)

Vice-coordenador: Reitora Marília Lima Pimentel Cotinguiba (UNIR)

Equipe da Andifes

Secretária Executiva: Lívia Leite

Ana Cláudia da Cruz Lisboa

Beatriz Silva Araújo

Eliandra Alves de Souza

Erivan de Almeida Ribeiro

Joseni Batista de Brito

Sabrina Souza de Mesquita

Natália Vergütz

Palavra do presidente

Ao assumirmos a presidência da Andifes, reafirmamos o compromisso de fortalecer as universidades federais como instituições essenciais para o desenvolvimento do Brasil. Este Relatório de Gestão reúne os principais resultados desse trabalho coletivo, construído com diálogo, cooperação e defesa permanente da educação pública.

Ao longo da gestão, consolidamos uma agenda estratégica baseada na escuta das universidades, iniciamos o primeiro Planejamento Estratégico da Andifes e intensificamos o diálogo com o governo federal e o Congresso Nacional. Entre as principais conquistas, destaca-se a aprovação da legislação que extinguiu a lista tríplice para a escolha de reitores, marco histórico para a autonomia universitária.

Também avançamos na defesa do financiamento das universidades, na assistência estudantil, na inclusão e na equidade de gênero, além de fortalecer a atuação da Andifes em temas como internacionalização, sustentabilidade, ciência, inovação, tecnologia, gestão de pessoas e modernização das instituições.

Cada resultado apresentado neste relatório é fruto do compromisso das reitoras e dos reitores, dos colégios e fóruns, da Diretoria Executiva e da equipe técnica da Andifes. Seguiremos atuando para fortalecer as universidades federais e reafirmar seu papel estratégico na construção de um país mais democrático, inclusivo, inovador e desenvolvido.

José Geraldo Ticianeli
Presidente da Andifes



Fim da lista tríplice: uma conquista histórica para a autonomia universitária



A aprovação do projeto que extingue a obrigatoriedade da lista tríplice para a nomeação de reitoras e reitores representa uma das maiores conquistas institucionais da educação superior federal nas últimas décadas. Defendida historicamente pela Andifes, a medida fortalece a autonomia universitária ao assegurar que a escolha dos dirigentes das universidades federais respeite a manifestação das comunidades acadêmicas.

A atuação da Associação foi permanente ao longo da gestão 2025-2026. Em março de 2025, a Andifes intensificou a articulação política em defesa do Projeto de Lei nº 2699/2011, acompanhando sua tramitação no Congresso Nacional e dialogando com parlamentares sobre a importância da medida para o fortalecimento da gestão democrática das universidades.



Em janeiro de 2026, em diálogo com o líder do PT, José Guimarães, a Andifes reforçou a prioridade do Projeto de Lei.



Como resultado dessa articulação, em fevereiro, a Câmara dos Deputados aprovou o PL, por meio da incorporação do texto ao **Projeto de Lei n° 5.874/2025**.

Em 10 de março, o Senado Federal aprovou a proposta em sua etapa final de tramitação no Congresso Nacional, extinguindo a lista tríplice para a escolha de reitoras e reitores das universidades federais. Finalmente, no dia 30 de março de 2026, a lei é sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um momento histórico para as universidades federais.

O próximo passo será a regulamentação da lei. Nesse contexto, durante a reunião do Conselho Pleno da Andifes realizada em abril, foi apresentada a minuta de decreto destinada à regulamentação da nova legislação.

A proposta foi conduzida pela vice-presidente da entidade, reitora Ana Beatriz de Oliveira, e pelo presidente da Comissão de Autonomia da Andifes, reitor da UFPE, Alfredo Macedo Gomes. A reunião contou ainda com a participação do Ministro da Educação, Leonardo Barchini.



Transformação dos CEFETs em universidades federais: Uma vitória histórica

O tema da transformação dos CEFETs em universidades federais, com a apresentação de dados que comprovam sua viabilidade, foi pauta de reuniões com a SESu.



Em outubro, a Andifes intensificou a articulação política com parlamentares entorno do PL 5102/2023, que transforma o CEFET-MG e o CEFET-RJ em universidades tecnológicas federais.



Em novembro, houve avanço decisivo com a aprovação do PL pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Em abril, a Andifes intensificou a articulação parlamentar, em reunião com o senador Camilo Santana, para dar celeridade na tramitação do projeto.



O projeto foi aprovado pela Comissão de educação do Senado em maio.



O dia **8 de julho de 2026** entra para a história com a aprovação, pelo Plenário do Senado, da transformação dos CEFETs em Universidades Federais. Agora, o projeto segue para sanção presidencial.

Fortalecimento dos Colégios de Aplicação

A Andifes intensificou, ao longo do período, a articulação institucional em defesa do fortalecimento dos Colégios de Aplicação (CAp's) vinculados às universidades federais no âmbito do Congresso Nacional e junto ao governo federal.

No campo da articulação parlamentar, a entidade reforçou seu apoio ao Projeto de Lei nº 5013/2024, que prevê a inclusão dos Colégios de Aplicação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O tema foi debatido em encontro realizado na Câmara dos Deputados, com a participação da vice-presidente da Andifes, reitora Georgina Gonçalves, do coordenador do Condicap/Andifes, professor Edilson dos Passos Neri Júnior, e da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), relatora da proposta.

Após ampla mobilização da Andifes, por meio do Condicap, o projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e seguiu para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em caráter terminativo, etapa após a qual a proposta poderá seguir diretamente para apreciação do Senado Federal.

Ainda no âmbito legislativo, a Andifes reforçou a urgência do projeto, em reunião com a deputada federal Dandara Tonantzin.

No diálogo com o governo federal, a agenda incluiu reunião com Eduardo Cezari, coordenador-geral de Ensino e Planejamento Acadêmico, para discutir o processo de regulamentação dos Colégios de Aplicação.



Fortalecimento institucional e articulação com parceiros

A agenda institucional da Andifes se fortaleceu com a articulação conjunta com entidades científicas, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Nesse contexto, foi encaminhada ao ministro Rui Costa solicitação para ampliar a cota de isenção de importação do CNPq, medida necessária para garantir o abastecimento de insumos essenciais à pesquisa científica no país.

A nova diretoria executiva da Andifes iniciou sua gestão priorizando a escuta ativa, a articulação e o fortalecimento institucional. Reuniões com a Difes/MEC e o Forplad abordaram temas centrais como orçamento, planejamento e estrutura administrativa. Além disso, foram promovidos encontros regionais com reitores e reitoras para identificar demandas locais e construir, de forma colaborativa, a pauta estratégica nacional.



A primeira reunião com os Colégios e Fóruns, realizada em 20 de agosto, deu início a um processo contínuo de definição de prioridades, consolidando a participação das bases decisórias da associação.



O presidente da Andifes participou de diversos fóruns, encontros e debates promovidos pelos Colégios e Fóruns da Associação, fortalecendo o diálogo institucional, a escuta qualificada e a construção coletiva de prioridades estratégicas.

Diálogo com o governo federal



Reunião da nova diretoria com o ministro da Educação, Camilo Santana, com o objetivo de reforçar o papel estratégico das universidades federais e construir uma agenda de atuação conjunta e estreitamento do diálogo.

Implantação do Planejamento Estratégico

Durante o Conselho Pleno de dezembro, a vice-presidente, reitora Camila Ítavo (UFMS) e Dulce Tristão, presidente da Comissão de Modelos do Forplad apresentaram o modelo de Planejamento Estratégico e detalharam as diretrizes que irão orientar a atuação institucional nos próximos anos.



O documento foi consolidado em janeiro. O trabalho, liderado pela vice-presidente, Camila Ítavo, com apoio da equipe técnica da UFMS, representa mais um passo importante para a agenda estratégica da Andifes.



Fortalecimento da articulação entre universidades federais

Com o objetivo de aprofundar o diálogo institucional e fortalecer o desenvolvimento do sistema federal de ensino superior, a Diretoria da Andifes realizou reunião com reitores e reitoras das universidades federais denominadas novíssimas e supernovas.

O encontro constituiu um espaço de escuta qualificada e construção coletiva de diagnóstico sobre os desafios estruturais, acadêmicos e administrativos, considerando suas especificidades territoriais e seus distintos estágios de consolidação.

Participaram da agenda representantes das universidades UNIFESSPA, UFOB, UFSB, UNILAB, UNILA, UFFS, UFCA, UNIFAP, UFDPAr, UFAPE, UFCAT, UFJ, UFR e UFNT.



Debate sobre Educação a Distância



O 185ª Conselho Pleno aprofundou o debate sobre o Marco Regulatório da Educação a Distância (EaD), à luz do Decreto nº 12.426, que estabelece novas diretrizes para a oferta de cursos na modalidade.

A mesa teve exposições da reitora da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Joana Angélica Guimarães da Luz; do reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Custódio Almeida; e de Eduardo Cezari, Coordenador-Geral de Ensino e Planejamento Acadêmico do Ministério da Educação (MEC).

Fortalecimento da eficiência administrativa no sistema federal

A Andifes contribuiu para a construção de uma proposta nacional de compras compartilhadas no sistema federal de ensino superior, iniciativa voltada à ampliação da eficiência administrativa e à otimização do uso de recursos públicos. O diálogo com o Ministério da Educação resultou na discussão de modelos cooperativos inspirados em experiências consolidadas do FNDE, com potencial de gerar economia em aquisições estratégicas, como infraestrutura de datacenter e soluções tecnológicas.

Como encaminhamento, foi debatida a criação de grupo de trabalho com participação da entidade e do Conif para aprofundar a proposta e avaliar sua implementação.

Avançando nesta temática, a Andifes levou para a subsecretária de Gestão Administrativa do MEC, Jussara Cardoso, a proposta da construção de um projeto piloto.

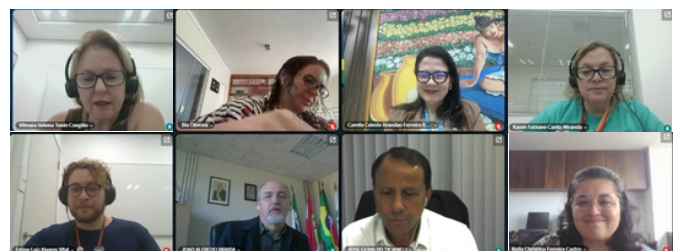


Fortalecimento da cooperação com o CNPEM

Em março, Andifes participou da Reunião Anual dos Embaixadores do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (SP). Representando a Andifes, o presidente José Geraldo Ticianeli (UFRR) integrou a programação do encontro no dia 26 e destacou o papel estratégico do CNPEM para o avanço da ciência brasileira, além da relevância da parceria institucional construída entre as duas instituições.

Em abril, a Andifes voltou a se reunir com representantes do CNPEM para discutir estratégias para o fortalecimento da parceria com as universidades federais.

A parceria ganhou reforço durante o Conselho Pleno da Andifes realizado em maio, com a apresentação das instalações abertas do CNPEM, o Sirius — acelerador de partículas de quarta geração único na América Latina —, os laboratórios nacionais de nanotecnologia, biociências e biorrenováveis, além das iniciativas voltadas à capacitação científica e à cooperação com as universidades federais.



Fortalecimento da segurança jurídica das universidades federais

Em abril, Andifes e AGU formalizaram acordo de cooperação técnica, com o objetivo de criar um fluxo de trabalho que potencialize a eficiência na análise e na solução de questões jurídicas de interesse das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), fortalecendo a articulação institucional e promovendo maior celeridade e segurança jurídica nos processos que envolvem as universidades.

A Andifes também aprofundou o diálogo com a Controladoria-Geral da União (CGU), com foco na construção de soluções jurídicas para temas estratégicos que impactam diretamente as Ifes.



Fortalecimento das políticas de inclusão e acessibilidade

Durante a 183ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno, em Brasília, foi realizado o seminário "Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência nas instituições de educação superior", organizado pela Comissão de Direitos Humanos e Inclusão da Andifes em parceria com o Colégio de Gestores de Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais (Conacessi).



Em dezembro, a Andifes reuniu-se com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), sob a condução da secretária Zara Figueiredo, para apresentar contribuições à minuta de Portaria que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Durante o diálogo, a Andifes destacou a necessidade de que a regulamentação considere as especificidades do ensino superior e o reconhecimento das práticas já consolidadas nas universidades federais, como a atuação dos Núcleos de Acessibilidade.



O tema voltou a ser pauta de reunião da Andifes de fevereiro (185º Conselho Pleno), com a participação da secretária Zara Figueiredo, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), que reforçou a necessidade de tratar a inclusão como eixo transversal em todas as políticas do ensino superior.



Ampliação das políticas de inclusão por meio do esporte

Em março, a Andifes assinou acordo com o Programa Educação Paralímpica do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que prevê a promoção de ações de formação, inclusão e ampliação do acesso ao esporte por meio das universidades federais.



Em junho a Andifes contribuiu com os debates sobre acessibilidade, ingresso e permanência de estudantes com deficiência, em audiência na Câmara dos Deputados.



Fortalecimento das políticas de equidade de gênero

A atuação da Andifes na pauta de equidade de gênero foi marcada por forte presença institucional e pela participação ativa de lideranças femininas das universidades federais.

Na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em setembro, a Andifes esteve representada pelas vice-reitoras Camila Girardi Fachin (UFPR), Loiane Prado Verbicaro (UFPA) e Francéli Brizolla (Unipampa). A presença das vice-reitoras fortaleceu a interlocução com o governo federal e ampliou a visibilidade das ações promovidas pela Andifes nesse campo.



Em outubro, a Andifes esteve em reunião com a Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC) para discutir estratégias de atuação das ouvidorias das universidades federais. Durante o encontro, também foram tratados os avanços das políticas de combate ao assédio nas instituições e o documento que reúne experiências e boas práticas.



No mesmo mês, a Andifes recebeu a ministra de Estado das Mulheres, Márcia Lopes, para discutir parcerias na potencialização de políticas de igualdade de gênero. Ela falou sobre a parceria com as universidades federais para dar visibilidade às ações de

igualdade de gênero promovidas pelas instituições, com o objetivo de ampliar seu alcance, fortalecer as iniciativas existentes e inspirar novas práticas.



A temática também apareceu de forma estruturante no Conselho Pleno de dezembro, quando reitores e reitoras discutiram a violência contra as universidades federais, incluindo a violência de gênero nas comunidades acadêmicas e na sociedade em geral. Lygia Lumina Pupatto, do Ministério das Mulheres, apresentou o Protocolo Único de Prevenção, Proteção e Enfrentamento da Violência contra a Mulher nas Universidades Públicas Brasileiras, que busca padronizar diretrizes e fortalecer mecanismos institucionais de acolhimento, prevenção e proteção.



Em janeiro, reitoras e vice-reitoras das universidades federais realizaram um encontro nacional para debater e contribuir com a construção do Protocolo de Intenções para Prevenção, Acolhimento e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres nas Universidades Federais. A iniciativa — articulada de forma interministerial entre o Ministério das Mulheres, o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) — representa um

passo importante no fortalecimento de políticas institucionais voltadas à promoção de ambientes acadêmicos seguros, inclusivos e livres de violências de gênero.

O protocolo prevê iniciativas como ações permanentes de prevenção, núcleos multidisciplinares de acolhimento, políticas institucionais de comunicação, comissões de enfrentamento à violência de gênero e observatórios de igualdade de gênero, oferta de formações continuadas e obrigatórias para toda a comunidade acadêmica, ouvidorias femininas autônomas e programas de incentivo à liderança feminina.



Adesão à Campanha Banco Vermelho

A Andifes aprovou, em reunião do Conselho Pleno, a adesão institucional à campanha Banco Vermelho, iniciativa internacional de conscientização e enfrentamento ao feminicídio. A entidade também incentivou a participação das universidades federais em todo o país e anunciou a inauguração de seu próprio Banco Vermelho, como símbolo do compromisso permanente com a promoção dos direitos das mulheres e o combate às violências de gênero.

A campanha consiste na instalação de bancos pintados de vermelho em espaços públicos e institucionais, acompanhados de mensagens educativas e informações sobre canais de denúncia. O símbolo representa o lugar vazio deixado por mulheres vítimas de feminicídio e busca estimular reflexão e mobilização coletiva à causa.



Implementação de ações nacionais de enfrentamento à violência contra as mulheres

Ainda no mês das mulheres, a Andifes assinou o Protocolo de Intenções para Prevenção, Acolhimento e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres nas Instituições Públicas de Ensino Superior e na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em evento conjunto com o Ministério da Educação e o Ministério das Mulheres, no dia 25 de março, na Universidade de Brasília (UnB).

Em abril, outro grande marco foi a criação, durante o Conselho Pleno da entidade, da **Comissão de Equidade de Gênero e Interseccionalidade**, que deve aprofundar a pauta no âmbito da Andifes e unir esforços para a resolução de questões comuns às universidades federais.

Fortalecimento da assistência estudantil

Em setembro, em reunião com o presidente do Inep, Manuel Palacios, ficou acordada a retomada da **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes**, considerada estratégica para subsidiar a regulamentação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O Termo de Cooperação foi assinado durante o Conselho Pleno de outubro por Marcus Vinícius David (secretário de Educação Superior do MEC), Ulysses Teixeira (diretor de Avaliação do Inep) e José Geraldo Ticianeli (presidente da Andifes).

A pesquisa teve início em abril, com grande adesão das universidades federais.

Ainda no eixo da assistência estudantil, a Andifes promoveu, em maio, o **seminário “Alimentação nas Universidades Federais”**, voltado à construção de uma política nacional de alimentação para as universidades federais. O debate destacou o papel dos restaurantes universitários nas políticas de permanência estudantil e segurança alimentar, abordando desafios de gestão, financiamento e ampliação do acesso às refeições para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Também foram discutidas estratégias de sustentabilidade e integração com a agricultura familiar. Ao final, o Fonaprace/Andifes ficou responsável pela elaboração de uma proposta de política nacional unificada de alimentação, em articulação com o governo federal.



Em junho, a Andifes realizou novo seminário, com o tema **“Os desafios da assistência estudantil: orçamento, inclusão e acessibilidade”**. A atividade promoveu uma análise aprofundada sobre o financiamento das políticas de permanência estudantil e os desafios para assegurar condições adequadas de ingresso, permanência e conclusão dos cursos por estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Avanços na política de permanência materna

Em julho, a Andifes participou da reunião de entrega do **Relatório da Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior**, documento que reúne diagnóstico e diretrizes para subsidiar políticas públicas e a regulamentação da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Promoção das políticas de ações afirmativas

A Andifes participou, representada por reitoras e reitores de todas as regiões, do I Fórum Nacional de Ações Afirmativas (FNAA), iniciativa promovida pela Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo, do Ministério da Igualdade Racial (MIR). O evento reuniu representantes do governo federal, especialistas, pesquisadoras e pesquisadores, gestoras e gestores públicos, ativistas e organizações da sociedade civil para debater avanços, desafios e perspectivas das políticas de ações afirmativas no Brasil.



Democracia, soberania e autonomia: compromisso permanente da Andifes



A defesa da democracia, da soberania nacional e da autonomia universitária esteve entre os principais eixos da atuação institucional da Andifes durante toda a gestão. Em diferentes agendas, reuniões e manifestações públicas, a Associação reafirmou o papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país.

Em julho de 2025, a Andifes aderiu à Carta em Defesa da Soberania Nacional, posicionando-se em favor da preservação do Estado Democrático de Direito e da autonomia das instituições públicas de ensino superior.

Em agosto, dirigentes da Associação participaram do ato Direitos Já!, realizado em São Paulo, reforçando o compromisso das universidades federais com a democracia, os direitos constitucionais e a defesa das instituições públicas.

Durante a 207ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, realizada em setembro de 2025, em Belém (PA), os reitores e reitoras aprovaram "Democracia, Soberania e Autonomia" como tema orientador da atuação institucional da Andifes para 2026.

A decisão consolidou essas diretrizes como referência para a agenda política da entidade ao longo do ano seguinte.



Em dezembro de 2025, o Conselho Pleno recebeu a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, que participou de um diálogo sobre democracia, Constituição, autonomia universitária e o papel das universidades públicas na construção de um país mais justo e soberano. A presença da ministra simbolizou o reconhecimento da relevância das universidades federais para o fortalecimento das instituições democráticas.



Defesa da autonomia financeira e patrimonial

Em fevereiro, a Andifes participou de audiência pública no Senado Federal para debater a autonomia da gestão financeira e patrimonial das universidades públicas. A entidade foi representada pela reitora da Universidade de Brasília, Rozana Reigota Naves, e pelo coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (Forplad/Andifes), Evandro Rodrigues de Faria.



Enfrentamento à violência contra as universidades federais

Em outubro, por iniciativa da Andifes, foi iniciado um processo de diálogo institucional com a Advocacia-Geral da União (AGU) voltado à construção de medidas para o enfrentamento à violência e à desinformação direcionadas às universidades federais.

No mesmo período, a temática também foi discutida em reunião com o ANDES-Sindicato Nacional.



O diálogo iniciado pela Andifes resultou no aprofundamento das discussões em janeiro de 2026, durante Conselho Pleno, com a proposta de criação do Programa de Auxílio ao Combate à Violência e à Desinformação nas Instituições Federais de Ensino.



Novos acordos de cooperação internacional

A internacionalização, já consolidada historicamente como uma dimensão estruturante da atuação da Andifes, manteve-se em 2025/2026 como uma área estratégica e em expansão, marcada pela atuação direta de dirigentes das universidades federais em instâncias e articulações internacionais de alta relevância.

No Encontro Universitário México-Brasil, realizado na Ciudad de México nos dias 4 e 5 de setembro, a delegação brasileira foi liderada pela vice-presidente da Andifes, Ana Beatriz de Oliveira (UFSCar), e pelo secretário executivo da ANUIES, Luis Armando González Placencia. O encontro reuniu reitores e reitoras de instituições federais dos dois países e resultou na assinatura de um convênio de cooperação que instituiu a Cátedra Brasil-México, voltada ao fortalecimento das ações de pesquisa, inovação, internacionalização e mobilidade acadêmica.

O plano conjunto definido para os próximos dois anos estabelece metas estruturantes e inaugura uma nova etapa de colaboração entre Brasil e México no campo da educação superior.



A presença da Andifes também se destacou no cenário regional com sua participação na Reunião Ministerial e de Altas Autoridades da CELAC em Educação Superior, realizada em Cartagena das Índias, Colômbia. Representando a associação enquanto presidenta do Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (Enlaces), a reitora Sandra Goulart Almeida (UFMG) apresentou a trajetória do Enlaces e a proposta da Agência Regional do Conhecimento (ARCO), iniciativa voltada à integração acadêmica e ao desenvolvimento sustentável da região. A reitora Diana Araújo (UNILA), presidente da Comissão de Relações Internacionais da Andifes, também participou do encontro, acompanhando as discussões e apoiando a atuação da associação.

Em dezembro, durante o Conselho Pleno, a reitora Diana Araújo e os representantes da Capes — Rui Oppermann, Helena Albuquerque, Idelazil Talhavini e Vanessa Vargas, apresentaram dados sobre mobilidade acadêmica, bolsas no exterior e parcerias institucionais, além de desafios e prioridades da política de internacionalização do Sistema Nacional de Pós-Graduação.



Em janeiro, a Andifes esteve reunida com o embaixador do México no Brasil, Carlos García, para tratar de acordos de cooperação acadêmica entre os dois países. A ideia é a formação de catedras em temáticas de interesse comum entre as universidades para a realização de intercâmbios com apoio da Andifes e da Anuies, associação que integra as universidades mexicanas.



O diálogo teve continuidade durante o 185º Conselho Pleno da Andifes, em fevereiro, onde a proposta foi apresentada pelo embaixador para todas as universidades federais.



Ainda em março, a Andifes recebeu a conselheira de Educação da Embaixada da Espanha no Brasil, Yolanda Rodríguez, para discutir possibilidades de cooperação acadêmica voltadas à formação em língua espanhola no país.

A proposta em debate prevê a construção de acordos institucionais para ampliar a formação docente, com foco na oferta de habilitação complementar em espanhol para professores da educação básica.

A parceria foi oficialmente apresentada aos reitores durante o Conselho Pleno realizado em abril, em Brasília.

Ampliação das parcerias com instituições britânicas

A Andifes promoveu, em março, missão institucional ao Reino Unido com o objetivo de ampliar a cooperação acadêmica internacional e fortalecer parcerias estratégicas entre universidades federais brasileiras e instituições britânicas. A agenda teve o apoio do British Council, organização internacional dedicada à promoção da educação e da colaboração acadêmica global.

Representaram a Andifes as reitoras Ana Beatriz de Oliveira (UFSCar) e Camila Ítavo (UFMS), em agenda de encontros institucionais, visitas técnicas e atividades de articulação acadêmica realizadas em Londres e Glasgow, no âmbito da Going Global Conference e de reuniões com universidades e organizações ligadas à ciência, inovação e internacionalização do ensino superior.

A programação incluiu reuniões com o grupo Universities UK International (UUKi) e instituições integrantes do Russell Group.



Fortalecimento da cooperação com a China

A Andifes participou, em maio, de reunião com o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, para discutir o fortalecimento da cooperação internacional entre universidades federais brasileiras e instituições chinesas. O encontro abordou possibilidades de ampliação de parcerias nas áreas acadêmica, científica e tecnológica, com foco em intercâmbio, pesquisas conjuntas, inovação, mobilidade estudantil e desenvolvimento sustentável.



Ampliação da cooperação com países africanos

A Andifes participou, entre 25 e 27 de maio, do 1º Fórum de Reitores Brasil-África, realizado em Brasília, com representantes de universidades brasileiras e africanas.

A vice-presidente da Andifes, Georgina Gonçalves, destacou o compromisso das universidades federais com a construção de redes internacionais de conhecimento e parcerias voltadas ao enfrentamento de desafios comuns. Já a vice-presidente Ana Beatriz de Oliveira apresentou ações de internacionalização desenvolvidas pela Andifes, como programas de mobilidade acadêmica, cooperação internacional e a Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras (IsF).



Integração universitária latino-americana

Em julho, a Andifes participou da organização do 1º Fórum de Reitoras e Reitores da América Latina e do Caribe, que resultou na Carta de Foz do Iguaçu, documento que reafirma o compromisso das instituições com a autonomia universitária, a cooperação científica, a mobilidade acadêmica e a integração regional. A iniciativa fortaleceu o protagonismo da Associação na articulação internacional da educação superior pública.



Construção de agenda conjunta e modernização do SUS

Em agosto, a nova diretoria da Andifes reuniu-se com o presidente da Ebserh, Arthur Chioro, para a construção de uma agenda de trabalho integrada com a Sesu, o Conass e o Conasems, envolvendo desde a regulação de cursos de medicina e a avaliação do Enamed até a certificação de hospitais de ensino.

A Andifes também participou do lançamento do programa PET-Saúde: Informação e Saúde Digital, que pretende modernizar o SUS.



Aprimoramento da gestão dos hospitais universitários

Em setembro, em reunião com o presidente da Ebserh, Arthur Chioro e o vice-presidente Daniel Beltramini, ficou acordada a criação de um grupo de trabalho voltado ao fortalecimento da gestão integrada dos hospitais universitários. Chioro também apresentou iniciativas em andamento na Ebserh voltadas à otimização de serviços como, por exemplo, a integração de processos entre unidades hospitalares vinculadas à mesma universidade federal.



Também foi assegurada a possibilidade de docentes em regime de dedicação exclusiva exercerem cargos de gestão na Ebserh, uma conquista defendida pela Andifes que fortalece a integração entre universidades e hospitais universitários federais, preservando as atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência.

Cooperação internacional em saúde pública

A Andifes, representada por seu presidente José Geraldo Ticianeli, realizou reunião estratégica com a representante da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) no Brasil, Dra. Elisa Prieto, para avançar na formalização de uma cooperação com as universidades federais, tendo em vista sua capilaridade e experiência. O encontro definiu prioridades para ações integradas.

As discussões abordaram estratégias de prevenção e promoção da saúde, combate a doenças crônicas, fortalecimento da preparação e resposta a emergências sanitárias e estímulo à pesquisa e inovação tecnológica em saúde.



Em dezembro, ocorreu a primeira reunião do grupo de trabalho OPAS e Andifes. A entidade é representada pela reitora Ana Beatriz Oliveira (UFSCar) e pelo reitor João Alfredo Braidá (UFFS), vice-presidentes da entidade, pela reitora Jenifer Saffi (UFCSPA), pelo reitor João Paulo Macedo (UFDF) e pela vice-reitora Lia Rita Azeredo Bittencourt (Unifesp).

Fortalecimento da rede de hospitais universitários

Durante a 207ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, a Andifes promoveu um debate sobre os desafios relacionados aos hospitais universitários, em diálogo com representantes dos ministérios da Saúde e da Educação. Foram apresentados o novo modelo de certificação de hospitais universitários e o Exame Nacional de Residência (Enare), além de questões estruturantes como a escassez de campos de prática, a situação das instituições sem hospital próprio e a necessidade de maior apoio para alinhamento entre gestão hospitalar e missão acadêmica.

A Andifes apresentou um levantamento dos hospitais que recebem estudantes de universidades sem hospital universitário, que servirá de base para credenciamento e ampliação dos campos de prática.



Interlocução em políticas de residência médica

Em outubro, a Andifes se reuniu com o secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Felipe Proença, para tratar de temas relacionados à residência médica, à avaliação nacional dos estudantes de medicina (Enamed) e ao auxílio-moradia para residentes. Ele também esteve presente na 184ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno, onde apresentou ações e estratégias da pasta para provimento e fixação de profissionais em regiões que mais necessitam e para o fortalecimento da formação médica integrada à pesquisa e às necessidades reais dos territórios.



Fortalecimento da formação em saúde

O Conselho Pleno de junho também debateu o fortalecimento da formação de profissionais da saúde, com foco nas residências médicas e multiprofissionais. Em parceria com a SESu/MEC, foram discutidas estratégias para ampliar vagas, aperfeiçoar os processos de avaliação e regulação e fortalecer a formação voltada ao Sistema Único de Saúde (SUS).



Contribuição para a atualização da formação médica

A Andifes participou da homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina, etapa fundamental para a atualização do ensino médico no Brasil. Com a homologação, as novas diretrizes passam a orientar a estrutura curricular, competências e práticas clínicas nos cursos de Medicina em todo o país.



Acompanhamento da revalidação de diplomas médicos

Em outubro, a Andifes recebeu representantes da Associação Nacional dos Profissionais Médicos Formados em Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Aspromed), para tratar da revalidação de diplomas de médicos cubanos residentes no Brasil. O encontro abordou as dificuldades enfrentadas pelos profissionais diante da impossibilidade de obtenção de alguns documentos exigidos, devido a políticas externas, bem como a necessidade de que o Estado reconheça os direitos daqueles que já atuam na rede pública de saúde.



Posse no Conselho Administrativo da Ebserh

Em dezembro, o presidente da Andifes tomou posse no Conselho Administrativo da Ebserh, representando as universidades federais. Ele também esteve reunido com o vice-presidente da instituição, Daniel Beltrammi, para tratar de temas estratégicos relacionados ao fortalecimento da rede e das políticas públicas na área da saúde e da educação.



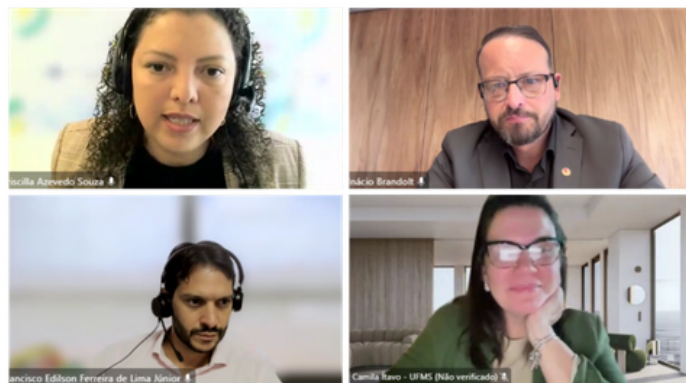
Fortalecimento dos hospitais veterinários universitários

Em dezembro, a Andifes esteve reunida com Nilton Pereira Júnior, diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, para dialogar sobre temas estratégicos relacionados aos Hospitais Veterinários Universitários e à formação em Medicina Veterinária. Na ocasião, o presidente da Andifes ressaltou o papel relevante dessa rede na formação profissional, na produção de conhecimento e no atendimento a demandas sanitárias de interesse público, contribuindo de forma significativa para as políticas de saúde.



Nesse contexto, destacou a importância de avançar no aperfeiçoamento dos critérios de participação e de financiamento das bolsas de residência em Medicina Veterinária. Como encaminhamento, foi acordada a instalação de um Grupo de Trabalho (GT), com a participação do Ministério da Saúde e da Andifes, para aprofundar o diálogo técnico e contribuir para a construção de soluções alinhadas às políticas públicas de saúde.

Em continuidade, o GT reuniu-se em fevereiro e teve como principal tema a residência médica veterinária.



No momento, a Andifes reafirmou sua disposição em colaborar na construção de diretrizes e marcos regulatórios voltados ao aprimoramento da residência veterinária e ressaltou o papel estratégico dos Hospitais Veterinários Universitários e dos programas de residência na formação qualificada de profissionais e na consolidação da abordagem de Saúde Única, contribuindo para o fortalecimento do SUS e de políticas públicas intersetoriais.

A Andifes foi representada pela vice-presidente Camila Ítavo e pelo coordenador do Fordhov, Inácio Brandolt, de reunião do GT com o Ministério da Saúde.



Em abril, a agenda também avançou em articulação com o Governo Federal. Em reunião no Ministério da Saúde, representantes da Andifes apresentaram proposta construída pelo FORDHOV voltada à integração dos Hospitais Veterinários Universitários às estratégias de vigilância em saúde, incluindo sugestão de edital específico para financiamento de residências em Medicina Veterinária.

Atuação institucional em políticas públicas de educação

A Andifes, representada pelo reitor Marcelo Pereira de Andrade (UFSJ), participou de audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE).

Durante sua fala, o reitor apresentou propostas de aprimoramento, com ênfase na ausência de debate sobre o Sistema Nacional de Formação de Professores e na necessidade de maior previsibilidade orçamentária para as universidades federais.



Representação institucional no Profiap

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), José Geraldo Ticianeli, participou, no dia 11 de novembro, do Fórum de Coordenadores do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), onde deu boas-vindas ao novo Comitê Gestor do programa.



Participação na expansão da rede federal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o envio ao Congresso Nacional dos projetos de lei que criam a Universidade Federal Indígena (Unid) e a Universidade Federal do Esporte (UFEsporte). A Andifes esteve presente na cerimônia e integra o Grupo de Trabalho que subsidiou o Ministério da Educação na estruturação das propostas.



Fortalecimento da comunicação nas universidades federais



A Andifes participou do Encontro Nacional de Gestores de Comunicação - Educação Pública para Transformar Vidas, realizado pelo Ministério da Educação. A Andifes foi representada pela secretária executiva, Livia Leite, que destacou a importância estratégica da comunicação na educação pública e seu papel no enfrentamento à desinformação e às fake news.

Participação em agendas estratégicas do MEC

Em agosto, a Andifes participou do Prêmio MEC Educação Brasileira. A iniciativa do Ministério da Educação visa reconhecer e valorizar os esforços de redes públicas de ensino, professores e estudantes no aprimoramento da educação básica. A cerimônia teve a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro da Educação, Camilo Santana. A Andifes foi representada pelo presidente José Geraldo Ticianeli (UFRR), que destacou o papel estratégico das universidades federais em todas as etapas da educação pública.



Ainda no âmbito das iniciativas promovidas pelo MEC, a Andifes participou do Fórum Interconselhos, realizado com o tema "Da Reconstrução à Nova Estratégia Nacional de Participação Social: Territórios e Plataforma Digital Brasil Participativo". O encontro reuniu representantes do governo federal, de conselhos nacionais e da sociedade civil para discutir o fortalecimento da democracia participativa e dos mecanismos de participação social.



Contribuições para a governança de dados e IA na educação

O Workshop Governança de Dados e Inteligência Artificial na Educação, realizado pelo Ministério da Educação, reuniu gestores e especialistas de todo o país para debater temas estratégicos, como a Política Nacional de Dados da Educação e o Referencial para Uso e Desenvolvimento Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação. A Andifes participou do evento representada pela vice-presidente Ana Beatriz de Oliveira, reitora da UFSCar.



Valorização da carreira docente

A Andifes participou do lançamento da Carteira Nacional Docente do Brasil (CNDDB), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Associação foi representada pela reitora da Universidade de Brasília, Rozana Naves, reforçando o compromisso das universidades federais com a valorização da docência. Em dezembro de 2025, a Andifes e o Ministério da Educação (MEC) realizaram uma cerimônia conjunta para a entrega simbólica das Carteiras Nacionais Docentes a reitores, vice-reitores e professores. Estiveram presentes o ministro da Educação, Camilo Santana; da Gestão e Inovação, Esther Dweck e da Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.



EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAR VIDAS



Prêmio Capes de Tese 2025

O presidente da Andifes, José Geraldo Ticianeli (UFRR), participou da cerimônia do Prêmio Capes de Tese 2025, que reconheceu as melhores pesquisas de doutorado defendidas no país no último ano. O evento, promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), reuniu pesquisadoras, pesquisadores e orientadores da pós-graduação brasileira.



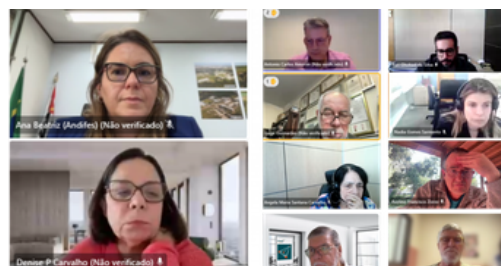
Seminário Nacional PNEDS

Em setembro, o presidente da Andifes, reitor José Geraldo Ticianeli, participou do Seminário Nacional da PNEDS, encontro promovido pela Secretaria de Educação Superior do MEC, que reuniu entidades nacionais e especialistas para avançar na construção da Política Nacional de Educação Superior. O seminário foi realizado no auditório da CAPES, em Brasília.



Reformulação do estatuto e discussões sobre políticas e prioridades da Capes

A Andifes, representada por sua vice-presidente, reitora Ana Beatriz de Oliveira (UFSCar), participou de reunião do Conselho Superior da Capes, que tratou da reformulação do Estatuto da instituição, da política de inovação e da nova Agenda Nacional, que orientará as ações estratégicas da Capes nos próximos anos.



Solenidade dos 75 anos do CNPq

A Andifes, representada pelo seu presidente, José Geraldo Ticianeli (UFRR), participou, nesta segunda-feira, da solenidade comemorativa pelos 75 anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em Brasília. A cerimônia celebrou a trajetória de uma das principais instituições de fomento à pesquisa científica no país.

Defesa do financiamento das universidades federais

Em agosto, assim que tomou posse, a nova diretoria da Andifes esteve reunida com o ministro da Educação, Camilo Santa, para tratar dos modelos de orçamento permanente para as universidades federais, propostas que vêm sendo construídas pela Andifes em colaboração com a pasta. O ministro também se comprometeu com a busca por novas fontes de financiamento, como projetos de inovação e energia renovável.



Ainda no ministério da Educação, a diretoria esteve reunida com o subsecretário de Planejamento e Orçamento do MEC, Adalton Rocha, e a representante da Difes/MEC, Aline Pereira Leal, para dialogar sobre as diretrizes para o PLOA 2026, as receitas próprias das universidades, a execução orçamentária e a ampliação dos recursos do FNDCT.



Em continuidade ao diálogo, a Andifes esteve reunida com o ministro substituto do MCTI, Luis Fernandes. Ele anunciou a destinação de R\$ 200 milhões para a manutenção de equipamentos nas universidades federais, via FNDCT.



Ao longo dos meses, a Andifes participou de reuniões com a SESU e a Secretaria Executiva do Ministério da Educação, para tratar do orçamento 2026 e modelos de financiamento permanente para as universidades federais.



No Conselho Pleno de dezembro, a Andifes recebeu representantes da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que abordaram temas como mecanismos de acompanhamento da execução dos recursos e a articulação federativa das universidades federais.



A ministra do MCTI e a Finep também anunciaram dois novos editais do programa Pró-Infra, que, somados, destinam R\$1 bilhão à modernização de laboratórios, ampliação de capacidades de pesquisa e criação de centros temáticos em áreas estratégicas.

Em dezembro, Andifes e SESu/MEC acordaram a instituição de um GT para atualização da Matriz OCC. Também foi informado que será liberado todo o limite do PAC para as instituições com licitações prontas, 10% para obras em execução e 5% para obras já licitadas, para andamento dos contratos.

Com o anúncio do corte no orçamento das universidades federais aprovado pelo Congresso Nacional, a Andifes divulgou nota pública alertando para os riscos da insuficiência de recursos para o funcionamento das instituições, para a assistência estudantil e para a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além do posicionamento público, a Andifes subsidiou o debate com estudos técnicos e análises orçamentárias. A atuação colocou a importância do ensino superior público no centro do debate nacional e mobilizou veículos de imprensa, ao evidenciar o papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento do país, a soberania



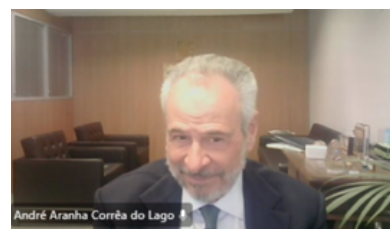
nacional e a redução das desigualdades sociais.

Em janeiro, a Andifes recebeu, com grande satisfação, o anúncio da recomposição do orçamento das universidades federais para 2026. A medida reafirma o reconhecimento da educação superior pública como estratégica para o desenvolvimento do país. O avanço é fruto de um diálogo permanente, transparente e responsável entre a Andifes, o Ministério da Educação e o Governo Federal.



Atuação na agenda climática e sustentabilidade

Em agosto, a diretoria da Andifes reuniu-se com o embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP 30, reafirmando o compromisso das universidades federais com temas estratégicos como mudanças climáticas, biodiversidade, transição energética e justiça ambiental.



Em setembro, com apoio da UFPA, a Andifes realizou, em Belém, o seminário **“Universidades e Biomas: Ciência e Sustentabilidade rumo à COP 30”**, reunindo reitores, especialistas e representantes do governo. O encontro destacou o papel das universidades federais na preservação dos biomas brasileiros.



Em outubro, a Andifes participou do evento **“A Scientific Call for COP30”**, organizado pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e pela Rede Interamericana de Academias de Ciências (Ianas), representada pela reitora Tanara Laushner, da Ufam.



Em novembro, a Andifes participou das agendas oficiais da COP 30, representada pelo presidente José Geraldo Ticianeli e pela vice-presidente Ana Beatriz de Oliveira (UFSCar). Durante o painel promovido pelo Ministério da Educação, **“Universidades Amazônicas e a Transição Climática Justa: ciência, saberes tradicionais e inovação para um futuro sustentável”**, a reitora apresentou os principais pontos da Carta de Belém, documento resultante do seminário realizado em setembro.

Em sua intervenção, a reitora reforçou a importância de que ações de fomento relacionadas ao enfrentamento da crise climática sejam acessíveis às universidades federais, com destaque para a relevância do acesso ao Fundo Verde proposto pelo Brasil. Ressaltou ainda que a distribuição das instituições federais pelo território nacional potencializa a produção de conhecimento a partir dos contextos e realidades regionais.

Ainda na COP 30, a Andifes integrou debates realizados na Casa da Ciência, espaço do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Museu Paraense Emílio Goeldi. Reitores de instituições federais, estaduais e comunitárias discutiram o papel das universidades no enfrentamento das mudanças climáticas, destacando a integração entre políticas públicas, formação profissional e o impacto dos programas de extensão com comunidades tradicionais.

Durante as mesas, foram reforçadas a importância do financiamento à pesquisa, o papel dos ecossistemas de inovação e a centralidade da Amazônia nos debates climáticos. O presidente da Andifes enfatizou a contribuição das universidades federais na formação de profissionais, na produção científica e no apoio às comunidades locais.



Valorização da carreira, atualização de cargos e modernização da gestão de pessoas

Em agosto, a Andifes intensificou as tratativas com a SESu/MEC sobre a distribuição de cargos e a atualização do quadro de servidores das universidades federais. No mesmo mês, representada pelo Forgepe, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o cumprimento do Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, contribuindo com análises técnicas essenciais para o debate sobre carreira e estruturação do quadro de pessoal.



Em setembro, a Andifes recebeu representantes do MGI, para tratar sobre cotas para concursos docentes das universidades federais e cargos do quadro técnico administrativo em educação.



Além disso, dialogou com representantes da Fasubra sobre as regras de transição da carreira TAE, reforçando o compromisso institucional com a construção de soluções conjuntas e sustentadas por estudos técnicos.



Em outubro, a Andifes propôs ao MGI a criação de um grupo de trabalho tripartite entre MGI, MEC e Andifes, estabelecendo um canal permanente para análise de temas estruturantes como novos cargos, estágio probatório, compensação previdenciária, desenvolvimento e qualidade de vida dos servidores.



A Andifes também recebeu representantes do ANDES-Sindicato Nacional. A reunião tratou de questões como orçamento, combate à violência, equidade de gênero e saúde mental dos docentes.



Em dezembro, houve o principal avanço do ano com o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal, que cria 8,6 mil cargos efetivos para universidades federais, além de reorganizar carreiras, incorporar o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os técnico-administrativos e consolidar a modernização da política de pessoal no sistema federal de ensino superior.

Como desdobramento direto das tratativas técnicas e institucionais conduzidas pela Andifes junto ao MEC e ao MGI, foi publicada a Portaria MEC nº 812/2025, de 5 de dezembro, que redistribui 1.694 cargos de direção (CDs), funções gratificadas (FGs) e funções comissionadas de coordenação de curso (FCCs) para universidades federais. A medida complementa a redistribuição de 985 cargos realizada em outubro, totalizando 2.679 cargos e funções redistribuídos em 2025, e dá continuidade à implementação da Lei nº 15.141/2025, que criou 6.792 cargos e funções para as universidades federais.

Ainda em dezembro, Andifes e Conif participaram de reunião conjunta com o Ministério da Educação e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a convite dos ministros Camilo Santana e Esther Dweck, para tratar do Projeto de Lei nº 6.170/2025, que dispõe sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) no âmbito do PCCTAE.

Como encaminhamento, foi acordada a criação de uma comissão permanente de diálogo entre MEC, MGI, Andifes e Conif, com início previsto para as primeiras semanas de 2026, destinada a analisar e ajustar os pontos questionados do projeto de lei e outros temas estruturantes da política de pessoal, reforçando o compromisso com processos participativos, construção de soluções conjuntas e fortalecimento das carreiras.

Em março, a Andifes celebrou a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei que autoriza a criação de novos cargos no serviço público federal, institui o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) e reestrutura cargos e carreiras do Poder Executivo Federal. A proposta também prevê a criação de novos cargos, medida considerada estratégica para fortalecer as atividades acadêmicas e administrativas das universidades. Ainda no mesmo mês, o texto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transformando-se em lei.

Em maio, a Andifes participou de audiência pública na Câmara para debater a implementação do acordo que encerrou a greve em 2024. Representada pelo coordenador do Forgepe, Ícaro Duarte Pastana, a associação acompanhou discussões e contribuiu com temas como afastamento para pós-graduação, regulamentações relacionadas a atividades de risco, recomposição do quadro de pessoal, regras de transição para cargos, orçamento e normatização do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).

Além das pautas voltadas às carreiras dos servidores, a Andifes também acompanhou iniciativas voltadas ao fortalecimento da formação e da pesquisa. Nesse contexto, apoiou a proposta – aprovada no Senado – que reconhece bolsistas de pós-graduação como segurados da Previdência Social, garantindo acesso a benefícios previdenciários e fortalecendo o reconhecimento da pesquisa como atividade essencial ao desenvolvimento nacional.

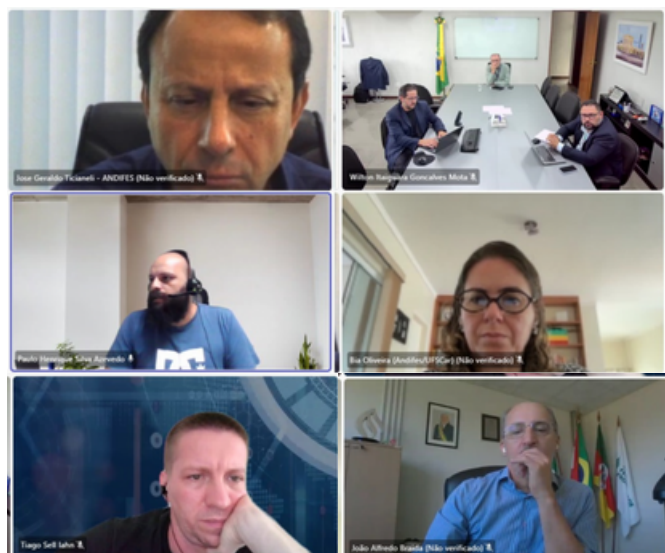


Modernização da infraestrutura tecnológica

Em setembro, em reunião com o subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Marco Antonio Fragoso de Souza, foi acordada a inclusão das universidades federais no Comitê Gestor de TIC, por meio do CGTIC, fortalecendo a presença das universidades federais na definição de políticas de tecnologia da informação e comunicação.

Na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, com o presidente Lisandro Zambenedetti, foram discutidas soluções em tecnologia para a rede, como o Conecta – malha de fibra óptica de alta velocidade – e a plataforma Nexus. Mas, especialmente, a segurança de dados nas universidades federais.

Em janeiro de 2026, a diretoria executiva e o Colégio de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) da Andifes reuniram-se com representantes do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Com base no diagnóstico do CGTIC e nas demandas das instituições, o Serpro apresentou alternativas de storage e backup para grandes volumes de dados, soluções de colaboração e produtividade e possibilidades para que a Nuvem Serpro viabilize ferramentas de análise de dados e IA.



Implementação do Nexus

Em junho, Andifes e MEC avançaram na implementação do Programa Nexus. A parceria prevê a implantação de um Centro de Operações de Segurança (SOC) para monitoramento contínuo das redes institucionais, ampliando a proteção contra incidentes cibernéticos. A ação também promove maior eficiência administrativa, racionalização de recursos e estabelece as bases para novas soluções tecnológicas, como backup em nuvem, Moodle gerenciado e expansão do Diploma Digital.



182ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO
20 E 21 DE AGOSTO DE 2025 - BRASÍLIA (DF)

DIÁLOGOS COM O CONSELHO PLENO



@andifesoficial



www.andifes.org.br